© 2014 Carlos Reis, Irene Fialho, Maria João Simões e Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Título: A Correspondência de Fradique Mendes
(Memórias e Notas)

Autor: Eça de Queirós

Edição: Imprensa Nacional-Casa da Moeda

Conceção gráfica: INCM

Capa: sem título, da série «Ordem e Acaso», 2011,
da autoria de Eduardo Nery,
guache com dourado sobre papel;
64,5 cm × 75 cm;
coleção do autor.

Tiragem: 1000 exemplares

Data de impressão: janeiro de 2014

ISBN: 978-972-27-2085-4

Depósito legal: 345 402/12

Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós

Coordenador: Carlos Reis

Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós

Plano de edição

FICÇÃO

Não-póstumos

O Mistério da Estrada de Sintra
O Crime do Padre Amaro (1.ª versão)
* O Crime do Padre Amaro (2.ª e 3.ª versões)
O Primo Basílio
* O Mandarim
A Relíquia
Os Maias
* Contos I

Semipóstumos e póstumos

* A Correspondência de Fradique Mendes
* A Ilustre Casa de Ramires
A Cidade e as Serras
* Contos II
Lendas de Santos
* A Capital!
O Conde de Abranhos
* Alves & C.ª
A Tragédia da Rua das Flores

TEXTOS DE IMPRENSA

Uma Campanha Alegre. De «As Farpas»
* Textos de Imprensa I
Textos de Imprensa II
Textos de Imprensa III
* Textos de Imprensa IV
* Textos de Imprensa V
* Textos de Imprensa VI

EPISTOLOGRAFIA

* Cartas Públicas
Cartas Privadas

NARRATIVAS DE VIAGENS

O Egito e Outros Relatos

VÁRIA

* Almanaques e Outros Dispersos

TRADUÇÕES

Philidor
* As Minas de Salomão

* Volumes publicados

A CORRESPONDÊNCIA DE FRADIQUE MENDES

(Memórias e Notas)

Manuscrito Salema Garção (BN, Esp. E1/310)

N.B.

Este estudo é para ser colocado no processo preparatorio das Cartas de Tradigne

---

Cartas de Tradigne Mendes*

---

* Este estudo de que, no seu estado incompleto, foram já publicados alguns fragmentos, é hoje dado na forma definitiva, e integralmente, como indispensavel introducção as Cartas de Tradigne Mendes, sem o qual ellas não ficarão completas.

EDIÇÃO CRÍTICA DAS OBRAS DE EÇA DE QUEIRÓS

Ficção, Semipóstumos e Póstumos

A Correspondência de Fradique Mendes

(Memórias e Notas)

Edição de
Carlos Reis,
Irene Fialho
e Maria João Simões

Imprensa Nacional-Casa da Moeda
2014

Nota prefacial

A edição crítica d'*A Correspondência de Fradique Mendes* que agora se publica pretende facultar aos especialistas em estudos queirosianos um texto em muitos aspetos consolidado, relativamente ao que eram as edições de que até agora dispúnhamos. Para justificar esta asserção — e também para sublinhar as dificuldades deste trabalho — torna-se necessário recordar brevemente as circunstâncias que rodearam as primeiras publicações destas cartas e da biografia que as antecede.

A presente edição crítica incidiu sobre um daqueles títulos que Eça de Queirós não chegou a publicar em vida, facto que arrasta consideráveis problemas e inseguranças. Tendo aparecido pouco depois da morte do grande escritor, *A Correspondência de Fradique Mendes* é verdadeiramente e como já foi dito um semipóstumo: projetada e em boa parte preparada ainda por Eça, a edição do epistolário fradiquista contou seguramente com outras intervenções, logo depois do desaparecimento do seu autor, em agosto de 1900. Não se sabe, porém, com exatidão que nome ou nomes estão por detrás dessas intervenções e sobretudo que dimensão tiveram. Deste ponto de vista e até que apareçam documentos que lancem luz sobre o que não se sabe, qualquer edição crítica d'*A Correspondência de Fradique Mendes* será sempre marcada por uma certa margem de indecisão.

Ainda assim, há que dizer que nos últimos anos surgiram vários manuscritos e conjuntos de manuscritos que, sem serem um componente central e estruturante desta edição crítica, constituem elementos de grande relevância, para a história deste macrotexto e dos avanços e recuos que ele conheceu. Refiro-me sobretudo ao chamado «manuscrito Salema Garção» (que compreende provas tipográficas emendadas por Eça), há alguns anos adquirido pela Biblioteca Nacional e presentemente integrado no espólio de Eça de Queirós. Tais materiais estão agora disponíveis para

um estudo genético que se antecipa muito fecundo, sob vários pontos de vista.

Conforme está explanado na extensa introdução que aqui se encontra, a escrita e a publicação original destes textos foi algo acidentada e sobretudo dispersa, no espaço e no tempo. Em várias publicações, em Portugal e no Brasil, surgiram, ao longo dos anos, as cartas fradiquistas e a biografia que apresenta o seu autor, esse Carlos Fradique Mendes concebido, por iniciativa coletiva e algo provocatória, no fim dos anos 60 do século XIX, mais tarde recuperado e amadurecido por Eça de Queirós. Uma tal dispersão explica as reescritas, as emendas e até as oscilações de critério editorial que a história dos textos evidencia. Para além disso, Eça deixou inéditas várias cartas fradiquistas, só publicadas bem depois da sua morte; e entre elas estão seguramente algumas das mais ilustrativas do pensamento de quem foi poeta e viajante, suposto autor de obra desconhecida e observador arguto dos homens e das coisas do seu tempo.

É tudo isso e o mais que adiante pode ler-se que se encontra neste livro. Para o preparar, tive a preciosa colaboração de Irene Fialho e de Maria João Simões; conforme pode ler-se nas respetivas notas biobibliográficas, no final deste volume, trata-se de duas estudiosas com importantes trabalhos já publicados (e outros em curso de preparação) sobre Eça de Queirós, o que só por si é garantia daquilo que testemunho com gratidão: competência e empenhamento para levar a bom termo uma tarefa que nem sempre tem o reconhecimento devido à sua complexidade e significado patrimonial.

Por fim, quero registar e agradecer o facto de este projeto (integrado também nas atividades do Centro de Literatura Portuguesa/FCT da Universidade de Coimbra) continuar a contar com o acolhimento da Imprensa Nacional-Casa da Moeda e com o exemplar profissionalismo dos seus serviços editoriais.

CARLOS REIS

Sumário

Nota prefacial 11

INTRODUÇÃO 15

1. História do texto 15
2. *A Correspondência de Fradique Mendes* e o cânone queirosiano 24
3. Os testemunhos manuscritos: presenças e ausências 37
4. Critérios editoriais 71

TEXTO CRÍTICO 73

A Correspondência de Fradique Mendes. Fradique Mendes. (Memórias e Notas) 75

Capítulo I 77
Capítulo II 93
Capítulo III 109
Capítulo IV 133
Capítulo V 141
Capítulo VI 165
Capítulo VII 179
Capítulo VIII 189

As Cartas 199

I. Ao Visconde de A.-T. 201
II. A Madame de Jouarre 203
III. A Oliveira Martins 207
IV. A Madame S. 213
V. A Guerra Junqueiro 217
VI. A Ramalho Ortigão 227
VII. A Madame de Jouarre 235

VIII. Ao Sr. E. Mollinet 243
IX. A Clara… 253
X. A Madame de Jouarre 259
XI. A Mr. Bertrand B. 269
XII. A Madame de Jouarre 281
XIII. A Clara… 289
XIV. A Madame de Jouarre 297
XV. A Bento de S. 307
XVI. A Clara 317
XVII. [A Clara] 325

APÊNDICES 329

Cartas Inéditas de Fradique Mendes 333

I. [A E.] 335
II. [A…] 353
III. A E. Sturmm, alfaiate 361
IV. [A Madame de Jouarre] 367
V. [A Vargette] 373
VI. [A Manuel] 379
VII. [A Eduardo Prado] 391

Crónicas 403
Versos de Carlos Fradique Mendes 407
Cotejo *Gazeta de Notícias*-*O Repórter* 421

Notas biobibliográficas 427

INTRODUÇÃO[1]

1. História do texto

1.1. No dia 26 de agosto de 1888, o jornal *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro iniciava a publicação do que aparentava ser um despretensioso relato memorial. Apontava nesse sentido o subtítulo «Notas e recordações» que, entre parênteses, se seguia ao nome da figura que motivava as ditas notas, Fradique Mendes. Ao cimo, um título mais circunstanciado: «A Correspondência de Fradique Mendes». No final, a assinatura: Eça de Queirós. Com uma regularidade diária quase absoluta, a publicação prosseguiu até ao dia 9 de setembro seguinte, interrompendo-se aí, sem explicação. O último trecho publicado é o parágrafo que, começando com a expressão «A minha intimidade com Fradique Mendes começou em 1880», termina assim: «Por fim, com um decidido esforço, como Novalis nas escadas de Hegel, afiancei, pagando os sorvetes, que estaria às duas, sem falta, mas sem missa, à entrada da Casa Havanesa.»[2]

Eça de Queirós não era propriamente um desconhecido nas páginas da *Gazeta*. A edição crítica das crónicas queirosianas publicadas naquele influente jornal brasileiro atesta bem a quantidade e a qualidade das intervenções periodísticas do grande romancista no

[1] São aqui reutilizados textos e reflexões anteriores, da autoria dos responsáveis por esta edição, sendo esses contributos reajustados aos propósitos desta introdução.

[2] Na regularidade de que falámos regista-se apenas uma interrupção: não se publica texto das «Notas e recordações» nos números 248 e 249, relativos aos dias 5 e 6 de setembro desse ano.

referido jornal[3]. E contudo, ao depararem com a prosa queirosiana, os leitores cariocas não podiam saber duas coisas: que se encetava ali uma das principais obras do escritor (e uma das mais originais de toda a literatura portuguesa) e que o texto que lhes era oferecido passaria ainda por muitas e profundas transformações, antes de ser editado em livro, em 1900, pouco tempo depois da morte de Eça.

Do mesmo modo, os leitores brasileiros certamente ignoravam que, poucos dias antes, o jornal lisboeta *O Repórter* iniciara a publicação do que, pelo título e pela epígrafe, parecia ser o mesmo texto. Neste caso, a inserção era semanal, às quintas-feiras, tendo-se desenrolado entre os dias 22 de agosto e 4 de outubro desse ano de 1888, com uma pausa a 27 de setembro. Naquela primeira quinta-feira de outubro interrompeu-se a serialização, sendo este o último parágrafo do texto:

> O pobre duque recuou, aterrado; e Fradique sepultou o *Livro de ouro da Sandice Parlamentar* nas profundidades duma arca D. João III, entre antigas colchas de seda. Pensou mesmo depois em o queimar. Mas o seu interesse de crítico prevaleceu sobre a sua piedade de cidadão.

Se as «Notas e recordações» d'*O Repórter* (à época dirigido por Oliveira Martins e tendo como secretário da redação Fialho de Almeida) terminam aqui, não acontece assim na *Gazeta de Notícias*. Indo mais longe do que o jornal português, a *Gazeta* voltou a inserir material fradiquista quatro anos depois: entre 13 e 27 de novembro de 1892 apareceram quatro cartas de amor (a Clara)[4]. Nesse mesmo ano e antes deste novo ciclo, haviam surgido na *Gazeta* crónicas queirosianas inquestionavelmente ligadas, como adiante se verá, à longa e acidentada composição d'*A Correspondência de Fradique Mendes*[5].

[3] Cf. *Textos de Imprensa IV (da «Gazeta de Notícias»),* edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002.

[4] Apenas a primeira tem a epígrafe «A Clara» e o título «Quatro Cartas de Amor»; as restantes têm o título «Cartas de Amor».

[5] Mais precisamente: «Padre Salgueiro», n.º 164, de 13 de junho; «Quinta de Frades», n.º 208, de 27 de julho; «O caminho de ferro de Jerusalém», n.º 290, de 17 de outubro (com assinatura João Gomes).

Não termina aqui a história de Fradique Mendes na imprensa. Quando meteu ombros à empresa que foi a *Revista de Portugal,* Eça de Queirós levou textos fradiquistas para aquele seu importante projeto: desde o volume I (no número 3), em 1889, até ao volume III (número 19), em 1891, aparecem os oito capítulos daquilo que no livro se designaria como «Memórias e notas», mais oito cartas de Fradique Mendes; em ambos, livro e *Revista de Portugal,* deparamos com o mesmo erro de numeração em dois capítulos sequenciais (a repetição do número III), o que deve ser tido em conta, no sentido de irmos percebendo a relação estemática entre ambos estes textos — ou melhor, macrotextos[6]. Noutros termos: é este um primeiro e claro indício de que a composição do livro tomou como referência a série inserta na *Revista de Portugal.*

Seja como for, antes da edição em livro *A Correspondência de Fradique Mendes* teve a sua versão mais extensa na *Revista de Portugal,* com o título *Cartas de Fradique Mendes.* Um título que faz um certo sentido: num regime de publicação «aberto» (ignorava-se quando a revista terminaria), não estava em causa aqui (ainda) a divulgação de um epistolário no seu conjunto (uma correspondência, se bem que selecionada), mas cartas «esparsamente» dadas à estampa, conforme se diz quase no final do derradeiro capítulo das *Cartas de Fradique Mendes* da *Revista de Portugal*[7]. Por fim: a revista *A Ilustração* (Paris, 1890, 7.º ano, vol. VII, n.º 16, 20 de agosto, pp. 243 e 245-246) acolheu uma carta de Fradique

[6] O conceito de *macrotexto* envolve implicações de organização editorial que assumem especial significado no caso de uma obra com as caraterísticas d'*A Correspondência de Fradique Mendes.* Refere-se aquele conceito ao «resultado da agregação de vários textos, normalmente de feição idêntica em termos de género, numa unidade mais ampla, a que se pretende atribuir uma certa *coerência.* […] A unidade mais ampla que é o macrotexto pode configurar-se então como *obra literária*, eventualmente reforçada, nessa sua condição, por elementos de enquadramento *paratextual* (título, prefácio, posfácio, etc.).» (C. Reis, *O Conhecimento da Literatura,* 2.ª ed., Coimbra, Almedina, 2008, p. 202).

[7] Cf. *Revista de Portugal,* vol. II, n.º 2, fevereiro, 18, 1890, p. 229. Reforça-se a «abertura» referida pela ausência de artigo: não são *As Cartas…,* mas simplesmente *Cartas…* (*algumas* cartas), diferentemente do que será indiciado pelo título do livro (*A Correspondência…).* Isto não quer dizer que a publicação em livro não levante as dúvidas que são conhecidas (e a que voltaremos), quanto à identificação do responsável pela edição conjunta de introdução e cartas.

Mendes: a carta a Ramalho Ortigão, originariamente aparecida na *Revista de Portugal* (1890, vol. II, n.º 3, março, pp. [382]-397) e que no epistolário de 1900 tem o número VI; e na *Revista Moderna* (25 de julho de 1897, pp. [69]-71) foi publicada a «Crónica — Carta a Bento», provinda da *Gazeta de Notícias* (26 a 28 de abril de 1894), com importantes desenvolvimentos.

1.2. Os quadros que se seguem darão uma ideia mais clara do que foi a distribuição dos textos fradiquistas, *stricto sensu* e *ante mortem* de Eça, por vários locais e ao longo dos anos [8]:

***O Repórter* (1888)**	***Incipit***	**Capítulo**
233, 22 de agosto de 1888.	A minha intimidade com Fradique Mendes começou em 1880 […].	I
241, 30 de agosto de 1888.	Toda essa noite preparei frases cheias de profundidade […].	II
248, 6 de setembro de 1888.	Decorreram anos. Trabalhei, viajei.	III
255, 13 de setembro de 1888.	As iluminações no Oriente, onde o gás é uma magnificência […].	IV
262, 20 de setembro de 1888.	Durante anos não tornei a encontrar Fradique Mendes […].	V
276, 4 de outubro de 1888.	Fradique reunia uma vasta ciência a uma vasta experiência.	VI

Gazeta de Notícias	***Incipit***	**Capítulo/ Cartas**
238, 26 de agosto de 1888.	A minha intimidade com Fradique Mendes começou em 1880 […].	I
239, 27 de agosto de 1888.	Toda essa noite[,] fumando cigarros, preparei frases […].	II
240, 28 de agosto de 1888.	Pela escada, o poeta das *Lapidárias* aludiu àquele tórrido calor […].	II

[8] Sem excluir a consulta *de visu* dos vários jornais e revistas mencionados, importa sublinhar a preciosa ajuda que a este historial foi dada pela obra de Ernesto Guerra da Cal, *Bibliografía Queirociana Sistemática y Anotada e Iconografía Artística del Hombre y la Obra*, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1975, tomo I, pp. 97-101.

Gazeta de Notícias	*Incipit*	Capítulo/ Cartas
241, 29 de agosto de 1888.	Alguns anos passaram. Trabalhei, viajei.	III
242, 30 de agosto de 1888.	Entusiasmado já construía a primeira frase do Conto […].	III
243, 31 de agosto de 1888.	As iluminações no Oriente, onde o gás é uma magnificência […].	IV
241 [*sic,* 244], 1 de setembro de 1888.	Assim conversando, tínhamos penetrado no largo […].	IV
245, 2 de setembro de 1888.	Durante anos não tornei a encontrar Fradique Mendes […].	V
246, 3 de setembro de 1888.	Fradique Mendes tinha essa soberba isenção.	V
247, 4 de setembro de 1888.	Fradique juntava a uma larga ciência uma vasta experiência.	VI
250, 7 de setembro de 1888.	A derradeira vez que Fradique visitou Lisboa […].	VII
251, 8 de setembro de 1888.	O fino e erudito escritor, que assina *Alceste* […].	VIII
252, 9 de setembro de 1888.	Duas razões me determinaram a publicar essas cartas […].	VIII
316, 13 de novembro de 1892.	Quatro cartas de amor. A Clara. [inserida na *Revista de Portugal,* IV, 19, dez. de 1892 [*sic*; 1891].]	[I]
324, 20 de novembro de 1892.	Cartas de amor.	II
328, 24 de novembro de 1892[9].	Cartas de amor.	III
331, 27 de novembro de 1892.	Cartas de amor.	IV

Revista de Portugal	*Incipit*	Capítulo/Cartas
1889: vol. I, n.º 3, 1 de setembro, pp. [261]-298.	A minha intimidade com Fradique Mendes começou em 1880 […].	I, II e III
1889: vol. I, n.º 5, 1 de novembro, pp. [517]-543.	Durante anos não tornei a encontrar Fradique Mendes […].	IV [10] e V

[9] Data atribuída por E. Guerra da Cal. Todavia, no número indicado não se encontrou a carta.

[10] Repete-se o número III na *Revista de Portugal.* Mantém-se o erro de numeração dos capítulos, a partir daqui.

Revista de Portugal	***Incipit***	**Capítulo/Cartas**
1889: vol. I, n.º 6, dezembro, pp. [759]-769.	A última vez que Fradique visitou Lisboa […].	VI
1890: vol. II, n.º 1, janeiro, pp. [21]-29.	O fino e erudito moralista que assina *Alceste* […].	VII
1890: vol. II, n.º 2, fevereiro, pp. [225]-239.	Se a vida de Fradique foi assim governada […] As Cartas (1.ª Série).	VIII I: Ao Visconde de A.-T. II: A Madame de Jouarre. III: A Oliveira Martins.
1890: vol. II, n.º 3, março, pp. [382]-397.	As Cartas (1.ª Série).	IV: A Madame S. V: A Guerra Junqueiro. VI: A Ramalho Ortigão.
1890: vol. II, n.º 4, abril, pp. [680]-691.	As Cartas (1.ª Série).	VII: A Madame de Jouarre. VIII: Ao Snr. E. Mollinet.
1890 [*sic,* 1891]: vol. III, n.º 18, novembro, pp. [731]-738.	As Cartas (2.ª Série).	I: A Madame de Jouarre.
1892 [*sic,* 1891]: vol. IV, n.º 19, dezembro, pp. [45]-48.	As Cartas (2.ª Série).	II: A Clara… [inserida na *GN,* 13 de novembro de 1892].

A Ilustração	***Incipit***
Vol. VII, 16, 7.º ano, 20 de agosto de 1890.	Cartas de Fradique Mendes (A Ramalho Ortigão).

1.3. Do cenário descrito podemos destacar desde já três grandes problemas. Primeiro: embora publicados praticamente na mesma altura[11], os textos d'*O Repórter* e da *Gazeta de Notícias* evidenciam diferenças importantes, o que de imediato obriga a

[11] Assim se fazia para evitar o aparecimento de edições piratas no Brasil e também para obter proventos dos dois lados do Atlântico. Eça chamou a este estratagema um «cambalacho de prosa», seguindo o exemplo do que faziam os escritores ingleses, com publicações em simultâneo na Inglaterra e nos Estados Unidos da América (cf. carta a Oliveira Martins, in *Correspondência,* organização e anotações de A. Campos Matos, Lisboa, Caminho, 2008, I, p. 543).

perguntar qual deles precedeu o outro, ou seja, qual foi a matriz e qual foi a cópia. Dúvida que remete para a inevitável verificação de Eça como escritor que compulsivamente reescrevia os seus textos, *mesmo quando fazia uma mera cópia* (não chegara ainda o tempo das reproduções mecânicas…). Segundo problema: quando, logo no ano seguinte (1889), Eça inseriu Fradique Mendes na *Revista de Portugal,* fê-lo *da capo,* quer dizer, reiniciando a biografia e apoiando-se, pelo menos em parte, naquilo que antes publicara. Duas explicações possíveis (e que se não excluem mutuamente) para este procedimento: em primeiro lugar, a figura de Fradique Mendes não seria ainda bem conhecida do público e havia que reapresentá-lo, opção reforçada pelo facto de, pelo menos na expectativa de Eça, o leitor da *Revista de Portugal* ser, em muitos aspetos, diferente do leitor d'*O Repórter;* em segundo lugar, Eça, como sempre, não estaria inteiramente satisfeito com o que escrevera anteriormente para *O Repórter* e para a *Gazeta de Notícias* e cedia a uma tentação antiga, a de escrever tudo (ou grandíssima parte) de novo[12]. Terceiro problema: quando, por fim, trabalha para o livro *A Correspondência de Fradique Mendes,* Eça volta a apoiar-se no que já estava publicado; pelo que ficou sugerido, mas carece da confirmação a que aqui se procederá, o escritor aparentemente terá feito fé sobretudo no que fora dado à estampa na *Revista de Portugal,* até porque essa era a versão mais completa e amadurecida de um projeto mais antigo do que as circunstâncias dão a entender. Tudo somado, pode afirmar-se que Eça terá escrito e reescrito partes importantes d'*A Correspondência de Fradique Mendes* (designadamente, o relato biográfico introdutório) pelo menos quatro vezes.

Como já se disse e é sabido, o volume *A Correspondência de Fradique Mendes* foi publicado em 1900, algumas semanas depois da morte do escritor, no que foi a primeira edição em livro, a

[12] O cotejo de textos da *Revista de Portugal* com os dois jornais mostra diferenças substanciais, que permitirão falar numa nova versão, fenómeno bem conhecido na história literária queirosiana, pelo menos desde *O Crime do Padre Amaro*; veja-se a introdução à edição crítica deste romance por C. Reis e Maria do Rosário Cunha (Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000, pp. 68 e segs.).

que muitas outras se seguiram[13]. Deste modo, o referido volume faz parte de um conjunto de três títulos com que se inicia a atribulada fortuna (ou má fortuna…) editorial póstuma do grande romancista; juntam-se-lhe *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras,* ambos com trajetos compositivos próprios, mas tendo em comum com *A Correspondência de Fradique Mendes* o facto de provirem de tentativas anteriores, no primeiro caso decorrendo o romance que hoje conhecemos de uma versão incompleta, serializada na *Revista Moderna.* Como quem diz: *déjà vu*[14].

O chamado «cânone queirosiano» merece, então, uma reflexão própria, que se não fará aqui sem que antes se note o seguinte: o epistolário fradiquista não se resumia, como depois de 1900 se viu, ao conjunto de cartas que no livro foram recolhidas. Quando, em 1912, Luís de Magalhães edita *Últimas Páginas* (e que, afinal, não eram últimas…), lá vem mais uma carta de Fradique Mendes, neste caso a Eduardo Prado; e em 1929, a recolha *Cartas Inéditas de Fradique Mendes e mais Páginas Esquecidas* exibe outras seis cartas do poeta das *Lapidárias,* entre as quais se conta a importantíssima carta a E…, documento fundamental para a compreensão do estatuto ontológico de Fradique Mendes. Por fim, uma última carta a Clara foi publicada pela primeira vez por Jaime Cortesão[15], incluída nas edições Lello a partir da chamada Edição do Centenário (vol. VI; 1947) e inserta na edição Helena Cidade Moura (Livros do Brasil, s. d.).

[13] Cf. E. Guerra da Cal, *Bibliografía Queirociana,* ed. cit., tomo 1.º, pp. 104 e segs.

[14] A edição crítica d'*A Ilustre Casa de Ramires* (Lisboa, Imprensa Nacional--Casa da Moeda, 1999), por Elena Losada Soler, analisa minuciosamente a relação do romance com a versão que o antecedeu. Por sua vez, a escrita d'*A Cidade e as Serras* é, como se sabe, indissociável do conto «Civilização».

[15] Nos jornais *A Manhã* (do Rio de Janeiro) e *O Estado de São Paulo*, bem como na revista *Seara Nova* (cf. *Eça de Queiroz e a Questão Social*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001, pp. 37 e segs.). Foi Manuel Bandeira quem lembrou a existência desta carta (Cf. «Correspondência de Eça de Queirós para a imprensa brasileira», *in* Lúcia Miguel Pereira e Câmara Reys (orgs.), *Livro do Centenário de Eça de Queirós*, Lisboa-Rio de Janeiro, Edições Dois Mundos, 1945, pp. 167-182). Voltaremos a esta questão.

1.4. Distribuem-se do seguinte modo, por volume e com identificação referida ao espólio de Eça de Queirós, quando é o caso, o conjunto dos textos a ter em conta para o estabelecimento do texto base d'*A Correspondência de Fradique Mendes,* conjunto que é deduzido daquilo que foi sendo determinado pela tradição impressa *post mortem:*

Volume/Macrotexto	**Textos**	**Observações**
A Correspondência de Fradique Mendes [1900].	«Memórias e Notas». Cartas: I. Ao Visconde de A.-T. II. A Madame de Jouarre. III. A Oliveira Martins. IV. A Madame S. V. A Guerra Junqueiro. VI. A Ramalho Ortigão. VII. A Madame de Jouarre. VIII. Ao Sr. E. Mollinet. IX. A Clara… X. A Madame de Jouarre. XI. A Mr. Bertrand B. XII. A Madame de Jouarre. XIII. A Clara… XIV. A Madame de Jouarre. XV. A Bento de S. XVI. A Clara.	Capítulos I a VII (numeração errada pela repetição do número III).
Últimas Páginas [1912].	A Eduardo Prado.	Ms. Menéres Campos.
Cartas Inéditas de F. M. e mais Páginas Esquecidas [1929].	A E. Sturmm, alfaiate. A Paulo Vargette. A «Madame» de Jouarre. A Manuel… A… A E…	BN Esp. E1/299. BN Esp. E1/301. BN Esp. E1/300. BN Esp. E1/302. BN Esp. E1/298. BN Esp. E1/297.
A Correspondência de Fradique Mendes (Ed. Helena Cidade Moura; Livros do Brasil) [s. d.].	«Memórias e Notas». Cartas [As mesmas da 1.ª edição mais a seguinte]. XVII. Última carta a Clara.	

É, pois, deste conjunto que decorrerá o *corpus* (isto é: introdução e cartas) desta edição crítica, por agora sem destrinça sobre o local de inserção (epistolário principal ou apêndice) das várias peças. A par destes componentes, outros materiais hão de ser,

também de forma justificada, remetidos para o apêndice. Antes, porém, de procedermos a uma tal escolha e arrumação, torna-se necessário refletir sobre duas questões interligadas e de capital relevância neste contexto: a questão dos póstumos, envolvendo a relação do editor com materiais deixados inéditos, e a questão do cânone queirosiano, especialmente significativa quando deparamos com títulos (ou seja: com volumes) editados e organizados por outrem, que não o escritor.

2. *A Correspondência de Fradique Mendes* e o cânone queirosiano

2.1. Convém lembrar que estamos aqui a lidar com uma das mais fascinantes, complexas e polissémicas obras de Eça de Queirós. Justamente por isso, nos últimos anos *A Correspondência de Fradique Mendes* tem sido revalorizada, pelos estudos e pelos estudiosos que neste chamado *último Eça* leem sentidos de sinuosa modernidade e de densa problematização da escrita literária, das tendências estéticas finisseculares e da relação do escritor com a sua posteridade[16].

Lembremos aquilo que é fundamental, no que respeita à construção deste epistolário e do seu autor, uma vez que essa construção insinua sentidos e procedimentos que, sem serem um guião de trabalho para a edição crítica, hão de estar nela presentes, com o distanciamento que a crítica textual recomenda. Como se sabe, Carlos Fradique Mendes revela-se em 1869, então como poeta satânico, inventado, num gesto de provocação

[16] A expressão *último Eça* dá título a um capítulo do livro de Lopes d'Oliveira, *Eça de Queirós. A Sua Vida e a Sua Obra,* 2.ª ed., Lisboa, Edições Excelsior, s. d. [1.ª ed.: 1944]. Um aspeto complementar da mencionada revalorização é a produção ficcional que deu dimensão de personagem a Carlos Fradique Mendes. Citem-se os seguintes títulos: de Frederico Perry Vidal, *O Único Filho de Fradique Mendes* (1950); de José António Marcos, *O Enigma das Cartas Inéditas de Eça de Queirós* (1996); de José Eduardo Agualusa, *Nação Crioula* (1997); de Fernando Venâncio, *Os Esquemas de Fradique* (1999); de José Pedro Fernandes, *Autobiografia de Carlos Fradique Mendes* (2002).

antiburguesa, por Eça, Antero de Quental e Jaime Batalha Reis; logo de seguida, em 1870, assoma fugazmente n'*O Mistério da Estrada de Sintra.* O Fradique que aqui interessa é o que, depois de anos de silêncio, reaparece em meados dos anos 80, retomado e reelaborado por Eça apenas, conforme proposta que o escritor endereça a Oliveira Martins e a que adiante voltaremos, de forma necessariamente breve. É um amigo deste derradeiro e amadurecido Fradique Mendes — amigo que só em jeito de simplificação acrítica poderíamos confundir com Eça de Queirós — que se institui como biógrafo e editor de cartas dessa figura singular. Recorde-se que, em vida, Fradique conheceu Baudelaire, foi companheiro de Garibaldi, amigo de Victor Hugo e íntimo de figuras relevantes da vida pública e cultural portuguesa da segunda metade do século XIX: Antero de Quental, Oliveira Martins, Guerra Junqueiro, Ramalho Ortigão, etc.

O Carlos Fradique Mendes que, a partir de 1888, conhecemos como epistológrafo é também um poeta de escassa produção e pensador atípico, corporizando uma invenção que vai além do estatuto da mera personagem ficcional (como o são, em Eça, o conselheiro Acácio, o padre Amaro ou Teodorico Raposo) e fica aquém do estatuto do heterónimo acabado, como virão a sê-lo os heterónimos pessoanos[17].

Mas não é isso que importa agora. O que neste momento interessa é a condição do poeta quase inédito e autor de cartas que se trata de dar a conhecer postumamente, como importa também a questão da escrita, protagonizada por quem dela tinha uma conceção claramente material e plástica, no plano escritural e no plano estético; e cabe ainda, em função de tudo isso, analisar

[17] Esta é uma questão já dilucidada por diversos estudiosos, nos últimos anos. Veja-se, a este propósito: Carlos Reis, «Fradique Mendes: origem e modernidade de um projeto heteronímico», in *Estudos Queirosianos* (Lisboa, Presença, 1999, pp. 137-155; edição original do ensaio: 1984) e, para a «fundação» de Fradique (incluindo as afinidades desta figura com a condição heteronímica), o estudo de Joel Serrão *O Primeiro Fradique Mendes,* Lisboa, Livros Horizonte, 1985. Alguns documentos importantes para a ilustração da atividade do *primeiro Fradique,* enquanto personalidade de fatura coletiva, estão insertos na secção de apêndices desta edição crítica.

outras questões que apontam quase todas para atitudes operatórias que este trabalho solicita: a questão da posteridade, a da publicação de póstumos, a do trabalho editorial e seu âmbito de ação, a dos legatários de espólios e sua responsabilidade. O que, tudo por junto, remete para uma espécie de *Fradique perdido* e agora, graças aos manuscritos de que dispomos, parcialmente reencontrado.

Há um passo crucial d'*A Correspondência de Fradique Mendes* que deve ser lembrado. Reporta-se esse passo a um momento decisivo da edição das cartas, exigindo a colaboração de Madame Lobrinska, carinhosamente chamada Libuska, «de quem ele [Fradique] largamente fala nas suas cartas a Madame de Jouarre, e que se nos torna tão familiar e real 'com os seus veludos brancos de veneziana e os seus largos olhos de Juno'»[18]. Já viúva, esta Madame Lobrinska torna-se amante e confidente de Fradique, antes de ser legatária dos seus manuscritos; foram esses manuscritos que o narrador e biógrafo algumas vezes pôde entrever «dentro de um cofre espanhol do século XIV, de ferro lavrado, que Fradique denominava a *vala comum*»[19].

Assim, parece justificar-se a diligência que nos é contada e que vale a pena comentar:

> Logo que comecei a colecionar as cartas dispersas de Fradique Mendes, escrevi a Madame Lobrinska contando o meu empenho em fixar num estudo carinhoso as feições desse transcendente espírito — e implorando, se não alguns extratos dos seus manuscritos, ao menos algumas revelações *sobre a sua natureza*. A resposta de Madame Lobrinska foi uma recusa, bem determinada, bem deduzida, — mostrando que decerto sob «os claros olhos de Juno» estava uma clara razão de Minerva. «Os papéis de Carlos Fradique (dizia em suma) tinham-lhe sido confiados, a ela que vivia longe da publicidade, e do mundo que se interessa e lucra na publicidade, com

[18] E. de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes,* Porto, Livraria Chardron de Lello e Irmão Editores, 1900, p. 106.

[19] *Idem, ibidem,* p. 106.

> o intuito de que para sempre conservassem o caráter íntimo e secreto em que tanto tempo Fradique os mantivera: e nestas condições o *revelar a sua natureza* seria manifestamente contrariar o recatado e altivo sentimento que ditara esse legado…» Isto vinha escrito, com uma letra grossa e redonda, numa larga folha de papel áspero, onde a um canto brilhava a ouro, sob uma coroa de ouro, esta divisa — PER TERRAM AD CŒLUM.[20]

Primeira clarificação, porventura desnecessária: «colecionar as cartas dispersas», como no texto se lê, significa não apenas recolher seletivamente mas sobretudo editar, com tudo o que essa tarefa implica, nos planos técnico, ético, estético e mesmo afetivo. Para além disso, o biógrafo agora volvido em editor sabe que aceder à *vala comum* — o tal cofre de ferro lavrado que guarda o acervo de Fradique — é entrar numa intimidade que há de ser tratada com reserva espiritual e até com cautela material; daí o cuidadoso pedido, «implorando, se não alguns extratos dos seus manuscritos, ao menos algumas revelações *sobre a sua natureza*». Noutros termos: o editor parece aceitar, à partida, que os manuscritos não só não têm que ser revelados na sua totalidade, mas que bastará conhecer *«a sua natureza»*.

2.2. Seja qual for o significado daquela «natureza» dos manuscritos, colhe-se daqui quase uma lição: a de que a edição de textos, mesmo sendo cartas, deve apoiar-se num mais amplo conhecimento dos documentos oficinais e dos procedimentos de escrita que suportam o trabalho de um autor; e desse trabalho — que naturalmente compreende a génese da escrita — restam materiais larvares que não são conhecidos e que também não é obrigatório revelar, pelo menos numa atitude editorial (numa *estratégia editorial*, diríamos) orientada para um público não especializado. No caso do epistolário de Fradique esse público são os concidadãos do editor, conforme pode ler-se no final da longa introdução.

[20] *A Correspondência de Fradique Mendes,* ed. cit., pp. 108-109.

E contudo, mesmo o conhecimento reservado de materiais puramente oficinais é recusado pela legatária, sob o signo de uma alegada «razão de Minerva». Apetece perguntar: que estatuto é o desta legatária — ou o de qualquer legatário de papéis deixados inéditos — e que direitos lhe assistem? A questão não é, obviamente, da ordem da crítica textual, da crítica genética ou mais latamente da história literária. Mas ela é, ainda assim, uma questão decisiva, embaraçosa e às vezes irritante, como bem sabem todos os que alguma vez tiveram que enfrentar o zelo de um ou de uma qualquer legatária, zelo nem sempre iluminado pelos motivos da Libuska fradiquista.

A «razão de Minerva» adivinhada pelo editor-biógrafo como definitivo impedimento para dar a conhecer a natureza dos manuscritos de Fradique traz à cena uma divindade cujo nome não é invocado em vão, uma vez que a deusa da sabedoria impõe ao editor uma reserva que parece justificada. Provém uma tal reserva de uma mulher que, para assumir essa restrição, põe em segundo lugar os soberbos dotes de Juno que os olhos anunciam, ou seja, a fecundidade, a energia vital e o potencial reprodutivo; a «razão de Minerva» é agora a de alguém que, reclamando a intimidade que teve com Fradique, deve ter presente o sentido da ponderada e responsável sabedoria que aquela segunda divindade evoca. Tendo compartilhado com Fradique a leitura e a vivência de um antiquíssimo poema eslavo, julga-se Libuska no direito de decidir o destino a dar aos papéis legados, conformando a vontade do amante desaparecido e condenando esses papéis a um silêncio sem remissão.

Foi, por fim, essa razão de Minerva que impediu que o biógrafo-editor pudesse assumir-se plenamente como pioneiro daquilo a que hoje chamamos crítica genética, coisa que ele não podia saber o que era (ou viria a ser), mas que de alguma forma intuía. Com efeito, o editor do epistolário deixa perceber a sua vocação para o estudo dos manuscritos, logo que nota, na carta de Libuska, os vestígios de uma escrita cuja materialidade — da caligrafia ao suporte — é significativa. De novo aquele texto já citado: «Isto vinha escrito, com uma letra grossa e redonda, numa larga folha de papel áspero, onde a um canto brilhava a ouro sob uma coroa de ouro esta divisa — 'PER TERRAM AD CŒLUM'».

Como se o formato da letra, a aspereza do papel e até a austera divisa que o encima fossem marcas psicológicas de quem toma uma decisão drástica e indiscutível.

Que é efetiva a vocação do biógrafo-editor de Fradique Mendes para indagações genéticas — ou então, nos termos que aqui nos interessam: que a edição crítica não pode ignorar componentes genéticos — mostra-o de forma ainda mais expressiva a consciência que ele manifesta de que os textos a editar são, antes de mais, manuscritos. No contexto das referências que o biógrafo-editor lhes faz, eles convidam a observações que, entre a grafologia e a crítica genética, de certa forma precedem o labor da crítica textual propriamente dita. Como quem sugere: o ideal será que se estude a oficina do escritor e os seus papéis, antes de se avançar para uma edição crítica[21]; mas se a obstinação de uma qualquer Libuska impedir o conhecimento do espólio, então não se prescinda da minuciosa análise dos manuscritos disponíveis e dos gestos psicoescriturais que eles revelam. Prestemos atenção ao que diz o editor-biógrafo acerca do que se encontra nas «esplêndidas folhas de 'Whatman'» em que Fradique escrevia:

> A letra que as enche, singularmente desigual, oferece a maior similitude com a conversação de Fradique: ora cerrada e fina, parecendo morder o papel como um buril para contornar bem rigorosamente a ideia; ora hesitante e demorada, com riscos, separações, como naquele esforço tão seu de tentear, espiar, cercar a real realidade das coisas: ora mais fluida e rápida, lançada com facilidade e largueza, lembrando esses momentos de abundância e de veia que Fontan de Carmanges denominava *le dégel de Fradique*, e em que o gesto estreito e sóbrio se lhe desmanchava num esvoaçar de flâmula ao vento.[22]

[21] Foi isso que se fez em C. Reis e Maria do Rosário Milheiro, *A Construção da Narrativa Queirosiana. O Espólio de Eça de Queirós,* Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1989.

[22] Eça de Queirós, *A Correspondência de Fradique Mendes,* ed. cit., p. 120.

Em termos sintéticos e levando em linha de conta o que fica escrito, podemos então dizer que n'*A Correspondência de Fradique Mendes* encena Eça de Queirós uma sinuosa problematização da escrita literária, das suas recônditas motivações, dos procedimentos materiais que lhe dão forma, dos condicionamentos da posteridade autoral e ainda — o que não é questão menor — das razões (ou sem razões…) que determinam o fechamento de um espólio e o silêncio de um escritor[23].

2.3. Tal como Fradique Mendes e de certa forma tendo esboçado com ele uma reflexão experimental, Eça de Queirós deixou inúmeros textos inéditos. Para simplificar, lembraremos que esses inéditos são, *grosso modo,* de três ordens: cartas pessoais, narrativas inacabadas e materiais oficinais, estes últimos preparatórios de relatos vários, uns concretizados, outros não. Diferentemente de Fradique Mendes, Eça não deixou (ou dele não conhecemos, o que para o caso vale o mesmo) decisão expressa quanto ao destino desses inéditos; já Fradique não se coibiu de expressar a sua posição quanto aos seus manuscritos não publicados. E assim disse: por um lado, «afoutamente aprovo»[24] a publicação de correspondência, conforme declarou ao seu biógrafo; por outro lado, conservem os papéis de trabalho aquele «caráter íntimo e secreto» que Madame Lobrinska transmitiu ao biógrafo e editor.

Isto significa desde já três coisas: uma, que Fradique Mendes deu a Eça o exemplo do silenciamento de materiais incipientes ou assim entendidos; outra, que a vontade autoral pode ser decisiva e irreversível, sempre que o legatário dos papéis e guardião dessa vontade a respeite escrupulosamente; outra ainda, que o fechamento de um cofre priva o estudioso do acesso a materiais que podem iluminar o conhecimento de um autor e dos seus procedimentos de escrita, eventualmente sustentando decisões editoriais do âmbito

[23] Sobre esta questão cf. C. Reis, «Os silêncios de Eça», *in* R. Zilberman *et alii, Eça e os outros: diálogos com a ficção de Eça de Queirós,* Porto Alegre, EDIPUCRS, 2001, pp. 21-35.

[24] *A Correspondência de Fradique Mendes,* ed. cit., p. 117.

da crítica textual[25]. Para que se resolvam alguns bloqueamentos que aqui se insinuam, importa fazer entrar em cena um conceito que o editor de Fradique por certo desconhecia: o conceito de *estratégia editorial*[26], conceito que se reporta ao público visado e às funções a cumprir por uma determinada edição e também, como é óbvio, por uma edição crítica que há de ter em conta materiais recentemente aparecidos; é esse o caso do manuscrito Salema Garção, agora integrado no espólio de Eça que se encontra na Biblioteca Nacional (BN Esp. E1/310).

Difusa e intuitivamente, Eça não ignorou a relevância das questões editoriais. Nas edições que em vida acompanhou ou ajuizou, o nosso autor foi drástico: desautorizou a primeira versão d'*O Crime do Padre Amaro,* revogou a segunda e em geral emendou quase todas as reedições dos seus livros, não se coibindo de fazer recomendações e mesmo exigências aos seus editores (recomendações e exigências de aspeto gráfico, de publicidade, de tiragem, de ritmo de publicação, etc.). Também por isso, dão que pensar alguns silêncios que Eça se impôs, mesmo quando estava perante textos já consideravelmente amadurecidos. E assim, os relatos silenciados (*A Capital!, Alves & C.ª, O Conde de Abranhos* ou *A Tragédia da Rua das Flores*) tiveram um destino idêntico aos de Fradique: se os deste foram parar a um cofre espanhol, aqueles textos queirosianos permaneceram adormecidos numa arca por longo tempo esquecida, até que a família a recuperou.

[25] Eça de Queirós teve consciência da função crítica (e não meramente anedótica) que cabia a certos documentos deixados pelo escritor. Referiu-se a isso num texto normalmente citado de forma parcial em que, a propósito da publicação de póstumos de Victor Hugo, afirma que tais póstumos «decerto não aumentam a sua glória […]. Mas aumentam o nosso conhecimento do poeta, revelando novos pensamentos, novas emoções ou formas diferentes no exprimir as emoções e os pensamentos que lhe eram habituais»; só depois disso e em jeito nitidamente mordaz, acrescentou a famosa *boutade:* «Para alargar e completar o conhecimento dos grandes homens, publicam-se-lhe as cartas, todos os papéis íntimos — até as contas do alfaiate» (Eça de Queirós, *Textos de Imprensa IV (da «Gazeta de Notícias»),* ed. cit., pp. 344-345).

[26] Cf. Ivo Castro e Maria Ana Ramos, «Estratégia e táctica da transcrição», in *Critique textuelle portugaise. Actes du Colloque,* Paris, F. Calouste Gulbenkian/ Centre Culturel Portugais, 1986, pp. 99-122.

Reiterando os termos que tenho utilizado, sublinho que ao editor de Eça cabe ponderar as razões de Minerva que motivaram a recusa de Libuska, sem contudo ter que seguir à risca a rígida doutrina da amante de Fradique. Fazê-lo seria ler Fradique Mendes, o seu mundo, os seus valores, as suas vontades e sobretudo a da sua legatária (que é o que aqui está em causa) como emanação linear de Eça. O que manifestamente não é o caso, uma vez que o quase-heterónimo chamado Carlos Fradique Mendes parece representar sobretudo o fulcro e lugar de encenação de ideais inatingíveis, de atitudes desmesuradas e mesmo de gestos que não raro podem ser entendidos em clave parodística.

2.4. O destino que os inéditos deixados por Eça conheceram encaminha-nos diretamente para a questão do cânone queirosiano: trata-se de recordar o estatuto que, deste ponto de vista, atribuímos ao volume *A Correspondência de Fradique Mendes*.

No âmbito de uma reflexão sobre a edição crítica das obras de Eça de Queirós, falamos em *cânone* para nos reportarmos genericamente ao problema da autenticidade autoral, numa aceção translata e metonímica, que consabidamente decorre de um paradigma religioso: do entendimento do cânone como conjunto de textos em que lemos a palavra divina. Nessa aceção translata, buscamos determinar que textos são da autoria material de Eça e quais aqueles que, embora presuntivamente escritos por ele, o não são ou só o são de forma precária e, por assim dizer, acidentalmente condicionada[27].

[27] Deixamos aqui de lado um outro conceito de *cânone:* aquele que permite dizer de Eça (como de Camões, de Garrett ou de Pessoa) que ele é um escritor do cânone, na aceção que designa «o elenco de autores e obras incluídos em cursos básicos de literatura por se acreditar que representam o nosso legado cultural» (C. Kaplan e Ellen C. Rose, *The Canon and the Common Reader*, Knoxville, The Univ. of Tennessee Press, 1990, p. XVII).Trata-se, a partir desta definição elementar, de reconhecer que Eça (ou pelo menos *um certo* Eça) constitui um fator de legitimação dos valores, dos temas e das ideias estruturantes de uma comunidade que a literatura, sobretudo através do sistema de ensino, ajuda a conformar. Eça integra-se, em suma, no *cânone ocidental*, conforme o entende Harold Bloom, no seu famoso, discutido e discutível *The Western Canon. The Books and School of the Ages* (New York, Harcourt Brace & Company, 1994).

Os termos em que colocamos a questão parecerão talvez estranhos, especialmente a quantos ignorem os incidentes (e não foram poucos) que hoje sabemos terem influído no estabelecimento deste cânone autoral: para esses, os títulos *O Crime do Padre Amaro, A Cidade e as Serras, Prosas Bárbaras* ou *O Conde de Abranhos* reportam-se, idêntica e pacificamente, a obras de Eça de Queirós. Veremos que não é bem assim; e veremos sobretudo que uma edição crítica que não atente previamente nestas questões trabalhará sobre bases extremamente instáveis e mesmo enganadoras.

Antes disso, aludir-se-á a três questões adjacentes, mas significativas no presente contexto. Primeira questão: a determinação da autoria (autoria *canónica*) dos textos queirosianos não se coloca, obviamente, nos mesmos termos nem com o mesmo grau de dificuldade com que discutimos a autoria de, por exemplo, um soneto de Camões ou um auto de Gil Vicente. No caso de Eça, falamos de um escritor que escreveu e publicou em tempo de produção industrial do livro, vivendo relações comerciais com editores e com livreiros e até certo ponto protegido por princípios e por normas jurídicas que consagravam a propriedade intelectual — o que, por outro lado, torna difíceis de aceitar certas disfunções de cânone autoral como as que *post mortem* atingiram a obra queirosiana, por força do trabalho de editores descuidados ou inescrupulosos.

Em segundo lugar, falamos de *obra queirosiana* num sentido que tem muito de institucional, próximo (se é que não idêntico) do sentido em que falamos de *literatura queirosiana* (ou de *literatura garrettiana,* ou *pessoana* e assim por diante). A obra (ou a literatura) queirosiana é, então, o resultado institucionalizado da publicação de um conjunto muito alargado de textos (ficções, crónicas de imprensa, cartas, relatos de viagens, etc.) em livros, em jornais e em diversas outras publicações, antes e depois da morte de Eça, por sua vontade expressa e mesmo à revelia dela, com intervenção editorial direta do escritor ou de outros que o substituíram. O que significa que estamos perante decisões e condicionamentos muito variados, às vezes agindo de forma espúria, capazes de incutirem à obra queirosiana rumos editoriais que escapam ao controlo de quem foi seu autor.

Ainda uma terceira questão. Decorre daqui uma certa fortuna cultural (noção que neste contexto obviamente não tem que ver com questões de ordem financeira), resultante dos fatores mencionados.

Eça é o escritor que é, tendo-se fixado numa imagem difícil de alterar, porque os seus textos tiveram o trajeto editorial que lhes conhecemos; e curiosamente (ironicamente, até) esse trajeto foi acidentado e pejado de erros, em parte por estarmos perante um escritor com enorme popularidade e considerável procura, muitas vezes editado e reeditado, nem sempre com zelo e às vezes sem critério, frequentemente ao sabor de vontades que descuidaram princípios de rigor e de escrúpulo editorial. O facto de o legado autoral e a reivindicação do direito de publicar Eça terem dado lugar a processos judiciais diz bem do significado e da dimensão, que é também económica, da fortuna editorial queirosiana[28].

2.5. Se quiséssemos destacar uma nota interessante, de feição histórico-literária, no conjunto da produção literária queirosiana considerada por grosso, observaríamos algo em que nem sempre se atenta: em vida, Eça publicou um número relativamente escasso de livros, se tivermos em conta o que *ante mortem* já era a sua notoriedade como escritor. Por junto e de sua exclusiva autoria, saíram dos prelos cinco títulos, a saber: *O Crime do Padre Amaro* (1876 e 1880), *O Primo Basílio* (1878), *O Mandarim* (1880), *A Relíquia* (1887) e *Os Maias* (1888). O romance epistolar *O Mistério da Estrada de Sintra* (1870) surgiu em regime de coautoria, com Ramalho Ortigão (não curamos agora de saber o que naquele texto pertence a cada um dos autores); por sua vez, os dois volumes de *Uma Campanha Alegre. De «As Farpas»* (1890-1891) decorrem da coautoria com o mesmo Ramalho, embora neste caso Eça tenha autonomizado e profundamente refundido o que fora a sua participação nos caderninhos d'*As Farpas*. Para além disso e olhando agora o ritmo de publicação da ficção não-póstuma, verificamos que, em contraste com os intensos anos 70, os anos 90 parecem (enganadoramente, diga-se desde já) estéreis: depois d'*Os Maias* e em vida, Eça não publicou qualquer novo volume de ficção. Foi este, contudo, o tempo em que trabalhou e retrabalhou os textos destinados ao volume *A Correspondência de Fradique Mendes*.

[28] Ficou famoso e fez doutrina o processo que opôs os herdeiros de Eça à editora Lello & Irmão. Veja-se *Direitos de Autor à Obra Literária de Eça de Queiroz. Peças do Processo Judicial,* Lisboa, s. e., 1969.

Ao que fica dito devemos juntar que todas as vezes que teve que republicar um dos seus livros e apenas com uma exceção (a d'*A Relíquia,* cuja segunda edição é de 1891), Eça introduziu no texto substanciais alterações[29]. Os textos que compõem *A Correspondência de Fradique Mendes,* antes ainda de tomaram a forma de livro, vão exatamente por esse caminho, como que confirmando, à distância de alguns anos e em termos editorais ainda assim diferentes, a situação singular d'*O Crime do Padre Amaro,* objeto de três versões, num lapso de tempo relativamente curto, ou seja, entre 1875 e 1880[30].

Quando entramos na zona editorial dos livros póstumos (que é aquela em que encontramos o presente título), a situação torna-se mais complexa e o cânone queirosiano mais discutível ou, no mínimo, «comparticipado». Se nos reportarmos, por agora, apenas a textos ficcionais, verificamos que o elenco de póstumos inclui, publicados como tais, oito títulos, a começar por aquele de que aqui nos ocupamos: *A Correspondência de Fradique Mendes* (1900), *A Ilustre Casa de Ramires* (1900), *A Cidade e as Serras* (1901), *Lendas de Santos* (incluído em *Últimas Páginas,* 1912), *A Capital* (1925, sem exclamação a seguir ao título e sem o subtítulo *Começos duma Carreira*), *O Conde de Abranhos* (1925, incluindo *A Catástrofe*), *Alves & C.ª* (1925) e *A Tragédia da Rua das Flores* (1980). Acresce a estes um conjunto de contos (*Um Dia de Chuva, Enghelberto* e *Sir Galahad*), conjunto que, a seguirmos a lógica editorial que regeu a publicação dos dispersos, pode subordinar-se ao título genérico e «neutro» de *Contos II*[31].

Eça de Queirós foi, então, um escritor que deixou por publicar mais textos (ficcionais) do que aqueles que editou em vida.

[29] O romance *Os Maias* não foi reeditado em vida de Eça (a segunda edição é póstuma, provavelmente de 1903), o que sugere uma espécie de injusto falhanço comercial que atingiu a obra-prima da ficção queirosiana.

[30] A revisão crítica deste episódio está feita na introdução da mencionada edição d'*O Crime do Padre Amaro* (segunda e terceira versões); a primeira versão será objeto de publicação autónoma.

[31] Foi esse o título adotado nesta série de volumes da Edição Crítica das Obras de Eça de Queirós: *Contos II,* edição de Marie-Hélène Piwnik, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2003 (além dos três contos mencionados, acolheu também *A Catástrofe*).

Assim se configura uma situação editorial desde logo carregada de potencialidades interessantes, do ponto de vista da crítica genética e da crítica textual, mas devastadora no que toca à desejável autenticidade do cânone queirosiano[32]. E contudo, a situação descrita requer ainda clarificações adicionais, quando consideramos *A Correspondência de Fradique Mendes,* clarificações que vão confirmando a complexidade do cânone queirosiano, as assimetrias que o caraterizam e os reajustamentos que nele há que introduzir. Com efeito, três dos sete títulos acima mencionados encontram-se numa situação relativamente rara, quando olhamos para casos similares, isto é, escritores cujo cânone se reparte entre póstumos e não-póstumos. Referimo-nos ao facto de *A Correspondência de Fradique Mendes,* tal como *A Ilustre Casa de Ramires* e *A Cidade e as Serras,* não serem, em rigor, obras póstumas. O que acerca destes três títulos sabemos é o seguinte: que nos últimos anos da sua vida Eça trabalhou na reescrita de textos já em parte publicados (*A Correspondência de Fradique* e *A Ilustre Casa de Ramires*) e na composição de um romance *(A Cidade e as Serras)* que ampliava um conto (*Civilização,* 1892); que esse trabalho estava por concluir, à data da morte do escritor; que nalguns casos ele estaria relativamente adiantado, já em fase de revisão de provas tipográficas; que, por fim, outras pessoas completaram o que o escritor deixou inacabado, intervindo essas pessoas nos textos em termos que é difícil precisar, mas certamente indo muito além do que seria determinado por um princípio de zeloso cuidado em relação à (suposta) vontade do escritor. Tudo isto justifica a designação de semipóstumos que pode ser atribuída aos três títulos em apreço[33]. Voltaremos a algumas destas questões, nos aspetos em que elas remetem para a presente edição crítica.

[32] As edições crítico-genéticas de dois dos títulos póstumos de Eça confirmam isso mesmo: cf. *A Capital! (Começos duma Carreira),* ed. de L. Fagundes Duarte, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992; *Alves & C.ª*, ed. de L. Fagundes Duarte e Irene Fialho, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.

[33] No tomo 1.º da *Bibliografía Queirociana,* E. Guerra da Cal cauciona esta designação, chamando a atenção para as vicissitudes de publicação dos títulos em questão (cf. ed. cit., pp. 101-104, 116-118 e 126-129).